



# Licença de Operação

Processo Nº 61/402950/2016

LO Nº: 180

Ano 2017

Nº Licença Anterior: RLI 12

Data de Expedição:

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL/MS, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 4.640, de 24 de dezembro de 2014, EXPEDE a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO, de acordo com a Lei nº 2.257, de 09/07/2001 e suas alterações posteriores, e normatizada através da Resolução SEMADE nº 09 de 13/05/2015.

**Requerente:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. CPF/CNPJ: 03982931000120  
**SANESUL**

**Endereço do Empreendimento:** VIDE CONCIONANTE Nº01.

**Complemento:**

**Bairro:** VILA NOVA

**Município:** Douradina

**CEP:** 79880-000

**UF:** MS

**Bacia Hidrográfica:** Paraná/Rio Ivinhema

**Corpo Receptor:** Córrego Laranja Doce

**Área Ocupada Prevista:** 25074,42 m<sup>2</sup>

**Área Total:** 51200 m<sup>2</sup>

**Atividade:** 7.29.1 - SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO – CONTEMPLANDO, ELEVATÓRIA, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE, E EMISSÁRIO

**capacidade:**

**VALIDADE LICENÇA:** 4 ano(s)

**coordenada S:** 22° 03' 09.74"

**coordenada W:** 54° 34' 40,84"

## Condicionantes Específicas:

1. Esta licença autoriza a operação do empreendimento para atividade de Sistema de Tratamento de Esgoto- ETE, contemplando: 03 (três) Estações Elevatórias de Esgoto Bruto - EEEB 1, com vazão de 2,4l/s, localizada na Rua projetada nº 2, EEEB 2 com vazão de 5,0 l/s, localizada na Rua Joaquim Araújo Jurimeira e EEEB 3 com vazão de 10,87 l/s, localizada na Rodovia MS 470; Estação de Tratamento de Esgoto na Rodovia MS 470 km 02, com capacidade de tratamento de 10 L/s; e Emissário final com extensão de 700 m, e ponto de lançamento de efluentes tratado localizado nas coordenadas 22° 3' 21" S 54° 34' 15" O;
  2. Apresentar anualmente a este IMASUL o Relatório de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos gerados pela atividade;
  3. Quando da solicitação da Renovação da Licença de Operação (RLO) deverá ser apresentado a este IMASUL:
    - A. Comprovação da execução do Plano de Compensação Ecológica, realizado junto ao órgão gestor da unidade de conservação afetada;
    4. Deverá manter limpo e sem vegetação (acerco) o caminho de acesso ao ponto de lançamento de efluente no corpo hídrico receptor para fins de fiscalização;
    5. O Empreendimento deverá operar em conformidade com o projeto, memorial descritivo e Sistema de Controle Ambiental - (S.C.A) aprovados por este Instituto;
    6. Deverá ser apresentado a este IMASUL, Relatório trimestral de execução do Plano de Automonitoramento – PAM acompanhado da respectiva Documentação de Responsabilidade Técnica, no máximo 10 (dez) dias após um período respectivo de coleta de dados, contados a partir da data de assinatura desta Licença, contemplando, para cada monitoramento realizado, tipo e local de amostragem com as respectivas coordenadas geográficas (Datum Horizontal SIRGAS 2000), a avaliação técnica dos dados obtidos e sua confrontação com a legislação ambiental pertinente, ART dos responsáveis pelas análises, apresentação dos boletins analíticos das amostras, propostas e/ou medidas efetivadas de saneamento de situações constatadas como não-conformes. O monitoramento deverá seguir os parâmetros e periodicidades abaixo descritos:
      - A. Eficiência do sistema de tratamento de efluentes (periodicidade mensal), através de análises laboratoriais das amostras, na entrada e saída do sistema, contemplando os seguintes parâmetros: vazão, temperatura do ar e da água, pH, DBO5,20, DQO, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal Total, Cloreto, Sólidos Suspensos, Materiais Sedimentáveis e coliformes termotolerantes;
      - B. Qualidade das águas superficiais (periodicidade mensal), através de análises laboratoriais das amostras, à montante e à jusante do ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, imediatamente após a zona de mistura, contemplando os parâmetros: cor, turbidez, pH, DBO5,20, Oxigênio Dissolvido, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal total, Óleos e Graxas, Cloreto, Sólidos Dissolvidos Totais, coliformes termotolerantes, nitrato, nitrito;
      - C. As coletas das amostras dos efluentes e das águas superficiais deverão ser realizadas na mesma data e como o menor intervalo de tempo possível entre as coletas das amostras;
- CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS FLS 02/03...../



/.....  
**CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS DA LO Nº180/2017.**

7.Deverá ser limitada a utilização do by-pass e/ou extravasor somente em casos emergenciais de precipitação intensa de chuva, falta de energia concomitante com falhas mecânicas do grupo gerador e manutenções de emergência. Quando da sua utilização deverá ser enviado ao IMASUL um relatório técnico descrevendo as ocorrências que levaram a sua utilização, período de utilização, bem como as medidas corretivas no sistema de tratamento visando cessar seu uso;

8.Quando da utilização do by-pass e/ou extravasor deverá ser realizado o monitoramento diário do corpo receptor, através de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser à montante e à jusante do ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, imediatamente após a zona de mistura, contemplando os parâmetros: vazão, cor, turbidez, Ph, DBO5,20, DQO, Oxigênio Dissolvido, Condutividade elétrica, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal total, Óleos e Graxas (informar se ausentes ou presentes virtualmente no momento da coleta), Cloreto, Sólidos Dissolvidos Totais, coliformes termotolerantes, nitrato e nitrito com entrega de relatório com boletins de análise juntamente com a apresentação do relatório do Plano de Automonitoramento;

9.O lançamento dos efluentes deverão apresentar padrões de qualidades de forma a não alterar a classe em que o corpo receptor esta enquadrado para atender a Deliberação CECA nº 036/2012 e a Resolução CONAMA nº 357/2005, complementada e alterada pela Resolução CONAMA nº430/2011;

10.A remoção do lodo da ETE, a estocagem transitória e a destinação final do mesmo, bem como dos resíduos do gradeamento e desarenador devem ser realizadas de acordo com o PGR apresentado;

11. Empreendimentos geradores de efluentes líquidos, efetiva ou potencialmente poluidores das águas de domínio do Estado de Mato Grosso do Sul, ficam notificados a apresentarem, até o dia 31 de março de cada ano, a Declaração de Carga Poluidora referente ao ano civil anterior, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional responsável pela sua elaboração, considerando as indicações contidas na Resolução CONAMA n. 357, de 17 de março de 2005, conforme dispõe a Resolução SEMAC n. 29, de 28 de dezembro de 2011;

12.Deverá cumprir a portaria de Outorga nº 0000177/2016, de 29 de novembro de 2017, para lançamento, transporte e disposição final de efluentes;

13.Deverão ser adotadas medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos e assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de maneira a assegurar a não contaminação, do solo, dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos.

...../



## CONDICIONANTES GERAIS DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 180 / 2017

1. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;
2. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental – SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
3. O IMASUL/SEMAGRO/MS reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização do Sistema de Controle Ambiental;
4. Qualquer alteração na Titularidade e/ou Razão social da empresa deverá ser comunicada imediatamente ao IMASUL/SEMAGRO/MS;
5. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada por este IMASUL/SEMAGRO/MS;
6. Esta licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento, para efeito de fiscalização;
7. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
  - I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
  - II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
  - III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

---

**VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 4 ano(s) da data de sua assinatura.**

**A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias anterior ao seu vencimento**

---

Campo Grande, \_\_\_\_\_

06 JUL 2017

Ricardo Eboni Gonçalves Ferreira  
Diretor Presidente  
IMASUL

**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL**

